

BESTIÁRIO BRASÍLICO

A nossa fauna no imaginário colonial

Ricardo Ferreira Ribeiro¹

A descoberta de uma natureza diferente e diversificada no Novo Mundo, motivou a elaboração de vários relatos por exploradores, cronistas e naturalistas, ao longo dos mais de três séculos do nosso período colonial. Em meio a uma “copiosa geração de animais silvestres”, encontram alguns que se parecem com aqueles já conhecidos, mas deparam, também, com muitas espécies completamente novas, que não se enquadravam no reduzido universo zoológico descrito por Aristóteles, onde havia apenas entre 550 e 590 animais e que se mantinha como referência desde a Antigüidade.

A novidade, mesmo que estupenda ou imprevista, não gerou re-elaboração, não causou um abalo no conhecimento que já dispunham da natureza. Tratou-se tão somente de acrescentar o fenômeno novo no conjunto do conhecido, pois a natureza era vista, antes de mais nada, como um poder fecundo, perpetuamente criador. Num mundo em eterna criação, há sempre lugar para o aparecimento de novas formas (Prestes, 2000: 24/25).

Estes novos animais, assim como toda a natureza das novas terras, precisavam se tornar conhecidos, verificando a sua utilidade e prevenindo-se dos seus perigos. Aqueles que por aqui aportavam, se preocupavam em se informar junto aos nativos e a partir da própria experiência, transmitir tais novidades ao Velho Mundo. Tratava-se de um grande desafio, pois cada novo animal era conhecido através dos cinco sentidos: era possível ver sua forma, tamanho, cor e comportamento, ouvir os sons que emitiam, sentir os seus odores, tocar as várias partes do seu corpo e até provar o sabor de sua carne, mas só dispunham de palavras para transmitir tantas sensações. Em todo o período colonial, poucas são as imagens produzidas acerca da nossa fauna: seja ilustrando os mapas, ou acompanhado as narrativas de cronistas e naturalistas, elas são em número muito inferior às tentativas de descrever a grande variedade de espécies encontradas no Brasil e algumas são elaborações de segunda mão, feitas também a partir descrições.

Para vencer aquele desafio, era preciso tornar familiar, aos compatriotas do Velho Mundo, tanta diferença e diversidade descoberta nos bichos dessas terras, apresentando o desconhecido em comparação com aquilo que os sentidos já haviam permitido apropriar e incorporar à memória. Assim, cada descrição se torna uma espécie de retrato falado, onde se vai colando partes do que era conhecido, criando seres híbridos, somatórios de características de animais e objetos existentes no outro continente. O missionário calvinista francês Jean de

¹ Professor de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Lery (1534-1611), utilizando-se de uma das imagens mais recorrentes aos textos coloniais, ao listar os “animais silvestres do país”, descreve, em *Viagem à Terra do Brasil*, de 1578, a anta (*Tapirus terrestris*) como uma espécie de centauro, só que meio asno e meio vaca:

O primeiro e mais comum é o *tapirusú* de pêlo avermelhado e assaz comprido, do tamanho mais ou menos de uma vaca, mas sem chifres, com pescoço mais curto, orelhas mais longas e pendentes, pernas mais finas e pé inteiriço com a forma de casco de asno. Pode-se dizer que, participando de um e outro animal, é semivaca e semi-asno. Difere entretanto de ambos pela cauda, que é muito curta (há aqui na América inúmeras alimárias sem cauda), pelos dentes que são cortantes e aguçados; não é entretanto animal perigoso, pois só se defende fugindo (Lery, 1980: 135).

O tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), nos vários escritos dos séculos XVI a XVIII sobre a nossa fauna, tido como uma das espécies mais surpreendentes, exigiu um esforço descritivo muito mais fecundo. Diferentes autores utilizaram comparações com mais de uma dezena de animais para tentar apresentar, aos seus leitores europeus, o “feio aspeto” (José de Anchieta-1560) desse “estragante” quadrúpede (Antonio Giuseppe Landi-1772). “He do tamanho de hum grande cão” (Fernão Cardim-1625), como a ele se referem muitos cronistas, assemelhando-se, assim, a um “galgo” (Padre Francisco Soares-1591 e Padre João Daniel-1758) ou “spaniel holandês” (Libri Principis); outros preferem considerá-lo “parecidos com carneiro” (Gaspar Barleu-1647), da “grandeza de uma cabra” (Francisco Antonio de Sampaio-1782), ou de “um poldro de seis meses” (Ambrósio Fernandes Brandão), ou, ainda, “maior que o maior porco” (Joaquim José Lisboa-1806) e até que um “gato” (Antonio Giuseppe Landi-1772). “Suas cerdas (...) são mais rijas e compridas que as do porco” (José de Anchieta-1560), e “quase tão compridas como de cavalo” (Frei Vicente Salvador-1627). “Tem o pescoço de cavallo, o corpo de pôtro novo” (Dom Frei João de São Joseph-1763) e “as patas deanteiras são robusticissimas de grande grossura, quasi iguais á coxa de um homem” (José de Anchieta-1560). “Aonde lansa maõ he como omça” (Padre Francisco Soares-1591), pois possui “quatro unhas como dedos de homem” (Jácome Monteiro-1610), ou “maiores que as da preguiça” (Dom Frei João de São Joseph-1763) e “agudas como punhal a tigre” (Padre Francisco Soares-1591). “Teem como esquilos uma cauda comprida e coberta de sedas” (Gaspar Barleu-1647) “e tem nela os cabelos grossos como cavalo” (Gabriel Soares de Sousa-1587).

Com tamanha miscelânea zoológica, seria possível construir uma imagem próxima da figura de um tamanduá-bandeira? Que visões foram sendo construídas acerca da nossa fauna durante os três primeiros séculos após a chegada dos primeiros europeus? Como ela foi se modificando ao longo desse período? Quem foram os construtores desse imaginário em torno de animais tão diferentes dos até então conhecidos? Que identidades e exotismos eles destacaram nesse processo? O que permaneceu na nossa percepção atual daqueles esboços

rabiscados com as palavras do maravilhoso, a curiosidade do exótico e a metódica catalogação da história natural ?

Textos e autores

O presente trabalho é a primeira tentativa de sistematizar a pesquisa em curso em torno da História da Fauna Brasileira: as várias visões sobre os nossos bichos, restringindo-se aqui ao período colonial. Por um lado, a definição desse corte histórico se deve às dificuldades de investigar as percepções em torno da questão antes da chegada dos europeus, pois as fontes para se trabalhar as culturas indígenas e anteriores são outras e demandam um esforço de pesquisa diferente, que, no entanto, não está ausente do projeto mais amplo. O outro limite temporal, não é arbitrário, mas está vinculado à chegada dos vários naturalistas estrangeiros, no final do período colonial e início do Império, que se constitui em um novo momento da percepção em torno da fauna brasileira, marcado por um mapeamento mais sistemático de todo o mundo natural pela Ciência, que ganha, cada vez mais, contornos institucionais, envolvendo expedições, academias, museus, etc.

Foi analisado um total de 68 textos, distribuídos pelos séculos XVI (24), XVII (21), XVIII (21) e das duas primeiras décadas do XIX (3), onde haviam referências a uma ou mais espécies de nossa fauna, que foram trabalhadas por cada animal e de acordo com seus conteúdos específicos (descrição, habitat, população, reprodução, comportamento, hábitos alimentares, caça e suas razões). Os autores desses textos, em sua grande maioria estrangeiros (portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, italianos, alemães, ingleses, etc), eram navegadores, aventureiros, missionários de diferentes ordens religiosas, bandeirantes, funcionários civis e militares das várias coroas européias, naturalistas e com outras tantas funções e motivações que os fizeram desembarcar nas praias brasileiras. Há, porém, um grupo restrito de brasileiros letrados, particularmente a partir do século XVIII, que, seja em suas viagens desbravando o sertão, ou em estudos de história natural, também registraram suas impressões ou revelaram cuidadosas investigações sobre a nossa fauna.

Os vários textos trabalhados, menos por essas características dos seus autores e mais pelas razões da sua elaboração e seus desdobramentos em termos de conteúdo, podem ser classificados da seguinte forma:

a) Narrativas de exploradores:

Trata-se de relatos de viagens tanto na navegação pelo litoral brasileiro e/ou penetração do seu território através das grandes bacias hidrográficas como do Amazonas e do Prata-Paraná, quanto em incursões por terra, sejam elas bandeiras de alongado percurso, ou

curtas andanças, “arranhando ao longo do mar como caranguejos”, nas clássicas palavras da crônica seiscentista de Frei Vicente do Salvador.

Tais narrativas, que constituem a maioria dos textos analisados, são as únicas referências à fauna brasileira na primeira metade do século XVI e prosseguem, até o final do período colonial, acompanhando o desbravar de novas áreas do nosso território. São feitas, em geral, na forma de cartas, enviando notícias aos superiores religiosos, às autoridades civis e militares, ou aos próprios monarcas, na Europa, mas, em alguns casos, também podem se configurar em obras mais extensas, relatando as peripécias vividas no Novo Mundo, dirigidas a um público amplo daquele continente. Nelas, os animais surgem no contexto da trajetória percorrida, em referências esparsas, fruto de comentários sobre um rastro observado, uma rápida visão de sua beleza ou estranha impressão, ou se referem a uma caçada, ao sabor de sua carne, à ameaça de sua presença oculta pelos caminhos ou pela escuridão da noite. Não são mais do que uma rápida informação, onde até o nome do animal pode estar ausente, apresentando uma ou outra das suas características mais marcantes: aspectos físicos exóticos, algum hábito extravagante e, especialmente, de que forma podem ser úteis ou prejudiciais aos humanos. Assim, nesses primeiros relatos, estão presentes esses dois aspectos: o “sabor” e o “temor”: Diogo Nunes (1538), por exemplo, apontava que “há carnes monteses nesta terra” (Nunes, 2002: 13), que também era vista como “copiosamente cheia de todas as gerações de feras” (Vespucci, 2002: 128), conforme revela o navegador Amerigo Vespucci; em sua expedição de 1501-1502.

Preocupados em garantir sua sobrevivência cotidiana em terras desconhecidas, inicialmente no litoral e ao longo dos grandes rios e, mais tarde, através dos sertões incultos, estes desbravadores percebiam, muitas vezes, a fauna como um obstáculo a mais da conquista, assim como o clima tropical, as adversidades do relevo, a densidade da vegetação, ou a ameaça dos indígenas. Ao mesmo tempo, ela também era vista como uma das muitas dádivas desse paraíso terreal, sem os rigores do frio, com grande fartura de frutos e outros recursos vegetais, abundância de águas e com nativos amistosos, possuindo muitas variedades de caça a servir para saciar a fome ou a ser empregada para a proteção, na forma de couros. Embora, essa tônica utilitária não seja exclusiva, ela é preponderante nesses relatos e, desta forma, as suas referências à fauna encontrada se configuram, na quase totalidade, em rápidas passagens, ocupando umas poucas frases ou, quanto muito, um ou dois parágrafos.

Esse aspecto utilitário, presente nas descrições tanto de exploradores como dos cronistas, também se constata na classificação dos animais, pois, percebidos como “caça”, são distinguidos como “de monte” ou “terrestre”, “altília”, “pescado”, etc. Assim, D. Affonso Braz assinalava, em 1551, acerca do Espírito Santo: “É esta terra onde ao presente estou a

melhor e mais fértil de todo o Brasil. Ha n'ella muita caça de monte, muitos porcos montezes, e é mui abastada de pescado” (Braz, 1842: 450). Por outro lado, as precárias formas de classificação também podem destacar, como faz o cronista português Pero de Magalhães Gandavo, em 1576, os aspectos negativos de outras espécies, incluídas como “bichos ferros e peçonhentos”, ou “danosos” (Gandavo, 1980: 60 e 62). Podem também ser mencionadas, como aponta, em 1614, o padre capuchinho Cláudio D'Abbeville, entre os “animais imperfeitos, a que uns dão o nome de insetos, e outros de anulosa ou anulata, (como Aristóteles e Plínio)” (D'Abbeville, 2002: 245).

b) Obras de cronistas:

Tais textos, que possuem o segundo lugar em número entre os analisados, só surgem na segunda metade do século XVI, ganham força no seguinte e vão sendo substituídos, a partir do final do período colonial, pelos trabalhos realizados por naturalistas luso-brasileiros e, mais tarde, também pelos estrangeiros. Em alguns poucos casos, se configuram em cartas, ou podem estar em meio a relatos de viagens, porém, em geral, trata-se de obras voltadas para informar, ao público do Velho Mundo, sobre diversos aspectos do Brasil ou, em particular, de algumas de suas capitanias (clima, relevo, hidrografia, recursos minerais, flora, costumes dos indígenas, história da colonização, economia, administração pública, população, etc), entre os quais há sempre um ou mais capítulos ou partes dedicados à fauna nativa.

Estas obras, mais do que relatar a experiência vivida em terras distantes do Novo Mundo, pretendem inventariar as suas riquezas, sistematizando o conhecimento obtido durante o período de sua permanência ali. Assim, possuem uma estrutura semelhante e como são muitos os aspectos a serem analisados, todas possuem uma superficialidade geral, umas repetindo as outras em várias questões. Nos capítulos dedicados à fauna, os cronistas apresentam listas de vários animais, acompanhadas de descrições sucintas, embora com maior profundidade que a grande maioria daquelas encontradas nas narrativas de viagem, onde destacam as principais características de cada espécie. Apresentam os vários nomes que as identificam, tanto em línguas indígenas, onde predominam as do tronco tupi-guarani, e, também, as suas denominações em um ou mais idiomas da Europa. Os aspectos físicos apontados permitem uma idéia mínima do animal e vêm acompanhados de algumas informações sobre seu comportamento (habitat, alimentação, reprodução, etc), seus possíveis usos e técnicas de caça.

A classificação das espécies, além de seguir aquela apontada acima, onde se distingue superficialmente entre aquelas úteis, apontadas entre os vários tipos de caça, e aquelas nocivas, também pode apresentar uma sistematização mais ampla.

Prevalecendo o sentido utilitário, as descrições dos animais seguem uma seqüência similar àquelas dos bestiários medievais, em que eram descritos, um subseqüente ao outro, sem nenhuma afinidade genética ou qualquer outra diretriz que não fosse a divisão de Plínio, o Velho, que ordenava a fauna em quatro castas: terrestres, aquáticos voadores e insetos (Assunção, 2000: 241).

Anchieta é um dos cronistas que usa essa forma de classificação, apontando, em um dos trechos de sua carta de 1560, dirigida ao Padre Geral de São Vicente: “Até aqui tenho falado dos animais que vivem na água, tratarei agora dos terrestres, alguns dos quais são desconhecidos dessa parte do mundo” (Anchieta, 193: 113). Assim, reúne entre os primeiros “uma infinita quantidade de peixes”, a sucuri, o jacaré, a capivara, as lontras, os caranguejos, entre outros, enquanto os terrestres incluem “diversas espécies de cobras venenosas”, aranhas, centopéias, panteras, o tamanduá, a anta e vários outros mamíferos.

Ambrósio Fernandes Brandão, apontado como o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, texto possivelmente do final do século XVI, também se utiliza de classificação semelhante no seu *Diálogo Quinto*, mas explicita a sua vinculação aos quatro elementos da natureza (fogo, terra, ar e água). Desta forma, diante das “tantas aves de diversas qualidades, tantos incógnitos pescados, diferentes na natureza e forma, desconhecidos no mundo, tantas silvestres feras, estranhas nas figuras e inclinações” se propõe a “discorrer por aquelas coisas que os elementos que rodeiam a terra do Brasil encerram dentro de si, sem tratar do mais alevantado deles que é o fogo, porque de todo o tenho por estéril, que a salamandra, que se diz criar nele, entendo por fabulosa” (Brandão, 1977: 201).

Muitas das descrições, presentes nessas crônicas, assim como naquelas narrativas de viagem, no entanto, estão permeadas de elementos fantásticos, transmitidos aos colonizadores pelos índios de quem recolhiam grande parte de suas informações sobre os bichos da terra e misturadas pelas suas próprias crenças trazidas do Velho Mundo. Afonso de Escragnolle Taunay colecionou “abusões zoológicas” presentes em diversos textos elaborados durante o período colonial e os divulgou em dois interessantes trabalhos: *Zoologia fantástica do Brasil e Monstros e monstregos do Brasil*, publicados em 1934 e 1937, onde aponta as origens milenares da “noção da existência de seres monstruosos, reflexos do subconsciente atávico, contemporâneo dos anos em que o homem, a todo instante, precisava defender a precária vida daquelas feras enormes, hoje extintas” (Taunay, 1999: 20). Ao alcançar a terras da América, os colonizadores traziam todo um conjunto de antigos mitos repetidos e renovados de geração a geração.

Todo um universo imaginário acoplava-se ao novo fato, sendo, simultaneamente, fecundado por ele: os olhos europeus procuravam a confirmação do que já sabiam, relutantes ante o reconhecimento do outro. Numa época em que ouvir valia mais do que ver, os olhos enxergavam primeiro o que se ouvira dizer; tudo quanto se via era filtrado pelos relatos

de viagens fantásticas, de terras longínquas, de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido (Souza, 1986: 21/22).

Esse mundo, durante séculos, esteve identificado pelos europeus no Oriente, no entanto, a descoberto do seu caminho marítimo pelos portugueses e as ligações que então se estabeleceram, deslocaram para o Novo Mundo todo esse imaginário, que passa a ser o espaço privilegiado desse remoto espetacular.

O maravilhoso se apóia no desconhecido ou na falta de hábito. Mas não exige a concordância entre o objeto e o narrado. Importa menos se o rinoceronte e o unicórnio são o mesmo animal do que se a descrição do animal rinoceronte dá vida a um objeto original, alusivo, que adquire autonomia de seu criador, que será reconhecido e perseguido. Num extremo do maravilhoso só haverá palavras por trás do novo objeto, nem sequer o desagradável rinoceronte. Nestes casos a imagem pode durar mais ou menos que a criada a partir de um modelo natural, mas também é obrigada a ser adotada por uma consciência coletiva que primeiro a protege e depois a liquida (Giucci, 1992: 14/15).

O mesmo tipo associação mítica se transferiu para a anhuma ou inhuma, ave brasileira com um corno frontal de onde era extraído, por raspagem, um pó, que, a semelhança do então feito com o chifre do rinoceronte, era tido como um antídoto poderoso e usado contra todos os venenos, inclusive da cobra cascavel (Ribeiro, 1997). Esse pássaro é descrito pelo Padre José de Anchieta, em carta de 1560, mas não faz nenhuma referência utilitária sobre ele. O também jesuíta, Padre Francisco Soares (1560-1597), em sua obra *Coisas Notáveis do Brasil*, de 1591, no entanto, cita o mesmo uso apresentado pelo seu colega inaciano Jácome Monteiro, em *Relação da Província do Brasil*, de 1610:

A ponta desta ave dizem os Índios que restitui a fala a quem a perde. A um Padre nosso sucedeu o seguinte caso. Estava uma índia havia 5 dias sem fala, e muito no cabo; rezou-lhe o Evangelho de S. Marcos, e juntamente lhe lançou ao pescoço a ponta dessa ave, e logo súbito falou e sarou. Demos esta maravilha ao Santo Evangelho, contudo me dizem que é experiência de muitos anos, entre estes Índios, e que acha ser aprovado (Monteiro, 2002: 425).

A crença nas suas virtudes também é registrada por outros cronistas do século XVII e sobrevive até o início do seguinte, como demonstra o tratado de medicina, datado de 1735, o *Erário Mineral*, obra de Luis Gomes Ferreyra, cirurgião português, que viveu em Minas, na primeira metade dos setecentos. Para ele, o corno desta ave “he o verdadeyro uniconio” e, juntamente com os esporões de suas asas, “tudo he excellente contraveneno” (Ferreyra, 1997: 521). Assim, uma prática terapêutica de origem indígena se entrelaça com uma visão mitológica do imaginário europeu e produz uma receita incorporada aos manuais de medicina do século XVIII, do Brasil e da Metrópole², num fantástico percurso de trocas simbólicas de

² Essa ave também é citada no *Memorial de vários simples que da Índia Oriental, da América e de outras partes vêm ao nosso reino*, editado em Lisboa e de autoria de Curvo Semedo, “médico português cujas obras tiveram enorme circulação no império” (Ribeiro, 1997: 53).

diferentes origens. No entanto, a perenidade de alguns de seus elementos não deve ser visto como uma continuidade do maravilhoso: “A imagem do remoto espetacular chega ao auge em meados do século XVI na América e será substituída por uma visão européia do Novo Mundo como o espaço do exótico” (Giucci, 1992: 21).

O interesse pelo exótico impulsionou o envio de muitos dos nossos animais para a Europa, dando origem a um comércio que se estende até os dias atuais. O *Lyuro da Náoo Bertoa*, também conhecido como o *Roteiro de Duarte Fernandes*, texto datado de 1511, retrata os seus primórdios, informando a quantidade de bichos que cada membro da tripulação levava do Brasil, incluindo papagaios, sagüis, gatos (possivelmente monos), etc (Teixeira & Papavero, 2002). Esse comércio foi se ampliando nos séculos seguintes: entre 1764 e 1785, diversas correspondências entre Lisboa e a o governo da Bahia se referem à remessa de pássaros para os viveiros das Quintas Reais (ABN³, 1910: 44). O governo de Minas Gerais também fez parte desse esforço de enviar curiosidades de História Natural para Portugal e, em 1786, o governador Luiz da Cunha Menezes informa em correspondência ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Mello e Castro:

Nesta ocasião remeto a V.x.^a em tres caixotes diferentes, as tres especies que há de Tigres, e conhecidas pelos diferentes e seguintes nomes: De Tigre o q.’ he todo preto; de Onça o pintado; e o que tem côr amarellada Suserana. Tambem em hum dos ditos Caixotes se ha de achar hum pequeno bicho que se denomina Tamanduá-meri, q’ na lingoa da terra, quer dizer o pequeno, por haver da mesma qualid. outro muito mayor que se denomina tambem Tamaduássu; e igualm.^{te} huma Pelle de cobra (...) (AHU⁴ Cx 124, Doc 19).

Essas remessas, com o tempo, iam perdendo a sua novidade e a curiosidade do Velho Mundo demandava uma renovação do material a ser enviado:

Sua Majestade manda recomendar a V.Ex.a, muito particularmente esta diligência, não se podendo fazer crível que havendo em todo o Brasil, tanta diversidade de pássaros grandes e pequenos, e tendo-se recomendado tantas e repetidas vezes ao diferentes governadores da América, que se façam as possíveis diligências, não só para a efetiva remessa dos referidos pássaros (...) senão tenha até agora conseguido das Capitania do Brasil, mais do que araras, papagaios e alguns periquitos ou coisa que o valha, os quais por muito comuns já são aqui de muito pouca estimação (...) (AN, Códice 67, v.9 fl. 48, apud HEYNEMANN, 1999: 109).

Esse processo também se observa em muitas das crônicas do período colonial, que, inicialmente procuravam fascinar seus leitores, buscando, em cada espécie animal, o diferente, o inimaginável. Porém, com o passar dos anos, seus autores, já conhecedores de muitos dos mistérios da terra, se mostram, por várias vezes, mais céticos em divulgar “casos admiráveis” referentes à fauna brasileira.

³ ABN - Anais da Biblioteca Nacional.

⁴ Arquivo Histórico Ultramarino.

c) Estudos de História Natural

Essa atitude será ainda mais rigorosa nos trabalhos dos naturalistas, que se iniciam com os estudos dos sábios holandeses Georg Marcgrave (1610-1644) e Wilhelm Piso ou Guilherme Piso (1611-?), vindos ao Brasil durante o governo do Príncipe Nassau. Marcgrave ou Marcgraf é considerado, por muitos estudiosos da história da ciência no Brasil, como o primeiro naturalista a pesquisar a fauna brasileira. Era astrônomo e embora “tivesse estudado História Natural em Rostock (...) e fosse observador minucioso, moderado e honesto, falta, como óbvio para a época, caráter profissional ao seu trabalho. Mesmo assim, este é bem superior aos dos contemporâneos frei Cristovão Lisboa (...) e, especialmente, Zacharias Wagener” (Vanzolini, 1989: 193). No entanto, seu trabalho ganhou notoriedade ao ser aproveitado por Lineu, que, na décima edição do seu *Systema Naturae*, incluiu 39 espécies (14 mamíferos, 15 aves, 2 répteis e 8 peixes), descritas por ele, entre as 1.370 ali presentes.

As contribuições precursoras deste curto período de domínio flamengo, apesar de importantes, não tiveram continuidade e, só no final do século XVIII, os estudos científicos sobre a nossa fauna serão retomados. Para tanto, contribuíram a organização de comissões encarregadas de definir os limites entre as colônias portuguesas e espanholas na América, bem como, a iniciativa de organizar viagens científicas, ou “filosóficas”, como a finalidade de investigar as possibilidades de exploração de recursos naturais no Império Colonial Português.

Os tratados de Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777), que redefiniam, respectivamente, os limites na Região Amazônica e na Bacia do Prata, determinaram a formação de comissões com a presença de astrônomos, geógrafos, engenheiros, desenhadores e naturalistas, encarregados pelas duas monarquias ibéricas, de detalhar e mapear as novas fronteiras de seus domínios. Pelo lado português, a primeira, que partiu para a Belém, em 1753, com forte presença de sábios de várias partes da Itália atual, contou com a participação do desenhador e arquiteto Antonio Giuseppe Landi (1713-1791), natural da Bolonha, que viria a elaborar, possivelmente em 1772, a *Descrição de várias Plantas, Frutas, Animais, Aves, Peixes, Cobras, raízes e outras coisas semelhantes quês e acham nesta Capitania do Grão Pará (...)* (Papavero et al, 2002). Já o segundo tratado, trouxe para a América, entre 1781 e 1801, o almirante da Marinha espanhola e naturalista D. Felix de Azara (1746-1821), autor dos livros *Apuntamientos para la Historia Natural de los Quadrúpedos del Paraguay y Rio de la Plata*, de 1802; *Apuntamientos para la Historia Natural de los Páxaros del Paraguay y Rio de la Plata*, com seus três volumes impresos entre 1802 e 1805.

Entre as “viagens filosóficas”, sem dúvida a mais famosa foi a empreendida pelo naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), aluno de Domenico Vandelli na

Universidade de Coimbra, encarregado de explorar o interior da Amazônia, entre 1783 e 1793⁵, da qual resultaram diversos trabalhos zoológicos, botânicos, etnográficos, etc de grande significação e objeto de saque das tropas napoleônicas, em 1808, quando de sua invasão a Portugal.

Outra obra do mesmo período, que merece destaque, é a *História dos reinos vegetal, animal e mineral do Brasil, pertencentes à medicina*, datada de 1782, de autoria de Francisco Antonio de Sampaio, médico português do Senado e do Hospital de São João de Deus da Vila da Cachoeira, na Bahia. Neste trabalho, pouco conhecido, está descrita e ilustrada mais de uma centena de espécies animais brasileiras, incluindo mamíferos, aves, répteis, peixes, crustáceos e insetos, grande parte deles com suas “virtudes e uso”.

Assim como esse, outros estudos do período colonial são dedicadas à investigação do mundo natural, abordando os seus três “reinos” (animal, vegetal e mineral), ou especificamente um deles; mas a grande maioria não se destina à zoologia, pois os interesses econômicos e políticos das autoridades coloniais se voltam mais para incentivar a botânica e a mineralogia, onde eram identificadas maiores potencialidades comerciais.

Nos estudos de História Natural, cada espécie merece uma descrição detalhada, incluindo a especificação de diferentes partes do seu corpo, chegando, mesmo a precisar suas medidas, como faz D. Felix de Azara⁶. Tais descrições, muitas vezes, se fazem acompanhar da respectiva gravura, de forma permitir mais uma melhor visualização de suas características físicas e possibilitar mais facilmente a identificação do animal⁷. Esse esforço descritivo pode, em alguns casos, se estender a estudos de anatomia, como faz Francisco Antonio de Sampaio para muitas das espécies que apresenta. Também no que se refere ao comportamento de cada animal (habitat, alimentação, reprodução, etc), as informações são mais completas e o

⁵ Alexandre Rodrigues Ferreira chegou em Belém, em 1783, vindo, com seus companheiros, a incorporar-se, parcialmente, no ano seguinte, às Comissões de Demarcação das fronteiras da América Portuguesa, para os trabalhos realizados na região do Rio Negro e Rio Branco.

⁶ Há uma preocupação desses naturalistas em destacar que sua descrição está baseada na observação direta e minuciosa do animal e não em informações de terceiros ou na lembrança de um rápido contato anterior. Francisco Antonio de Sampaio e D. Felix de Azara são particularmente insistentes nesse aspecto. O primeiro destaca, por exemplo: “Eu estou vendo, e observando a cotia com a grandeza de huma lebre” (Sampaio, 1971: 17); ou, ao falar sobre a anta, esclarece: “Nas obras de Linneu não acho descrição assimilativa á do animal, que presente vejo, e descrevo” (Idem: 22). D. Felix de Azara, ao falar sobre o mesmo animal, assim como faz com vários outros, aponta que Buffon “no há visto á la bestia, y se a halla precisado á copiar las noticias de los Autores com las descripciones de Marcgrave y Barrere” (Azara, 1802: 8).

⁷ Embora essa fosse uma intenção de vários naturalistas, nem sempre puderam contar com esse recurso pela absoluta falta de artistas nas colônias. Esse foi um grande diferencial no trabalho dos naturalistas holandeses do século XVII e dos principais estudos do final dos setecentos. Aqueles que não puderam contar com esse recurso se lamentam, como faz D. Felix de Azara, por perceberem o quanto ele representava como complemento aos seus textos: “No se me ocultó desde el principio que serian poco apreciables mis apuntamientos, no acompañándolos de dibuxos exáctos de los animales; pero donde trabajé, y en 400 leguas á la redonda, no habia quien supiese bien ni mal lo que es diseño; y me fue preciso limitar la voluntad á lo que pendia de mi” (Azara, 1802: IV).

detalhamento é muito maior, constituindo quase uma ficha descritiva em que cada um desses itens se repete. Os usos de cada espécie são sempre destacados ao final da descrição e incluem o seu emprego como alimento, couro, remédio e outras finalidades. As técnicas de captura e abate também são apontadas, onde se assinalam os seus pontos fracos, que permitem mais facilmente a caça. As possíveis tentativas de domesticação são igualmente citadas, esclarecendo-se os alimentos com que eram mantidos e as prováveis causas de sua morte em cativeiro.

Cada animal tem seus vários nomes exaustivamente apontados também na perspectiva de permitir a sua melhor identificação, preocupação que se estende, na maioria desses trabalhos, à classificação mais criteriosa das espécies estudadas. A Botânica e Zoologia da segunda metade do século XVIII estavam influenciadas pelos trabalhos do naturalista sueco Karl von Linné ou Lineu (1707-1778), que desenvolveu a nomenclatura binária para classificação de plantas e animais na sua obra *Systema Naturae* (10ª edição, 1758). Assim, principalmente os trabalhos de Francisco Antonio de Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira remetem à obra daquele naturalista, seja adotando sua nomenclatura, seja corrigindo os eventuais problemas na descrição das espécies. Por se tratar de uma sistemática ainda recente não se observa nem mesmo entre estes dois naturalistas uma unidade de classificação: o primeiro dividindo os animais em “Quadrúpedes” (incluindo apenas os mamíferos terrestres), “Aves”, “Amphibios” (onde reúne tanto a gíria como algumas espécies de sáurios), “Serpentes”, “Peixes”, “Insectos” (envolvendo besouros, o caranguejo, o siri, o “ganhamun”, o aratu, um marisco conhecido por “peguari”, uma espécie de lesma chamada “atapú”, a barata e várias espécies de lagartas), “Abelhas”, “Formigas” e “Moscas” (Sampaio, 1971). Já Alexandre Rodrigues Ferreira estabelece a seguinte classificação: “Mammalia” (também chamados de “Animaes Quadrupedes”), “Aves”, “Amphibia”, “Pisces”, “Insecta” e “Vermes” (Ferreira, 1888).

A descrição e a classificação de espécies animais constituíram, sem dúvida, uma das principais contribuições científicas desses naturalistas, revelando a expressão de um momento da ciência que buscava desvendar o “mundo natural” pela sua catalogação. A sua preocupação era antes de coleccionar e classificar do que de analisar e correlacionar, desta forma, sua atividade científica estava mais próxima da taxonomia do que da ecologia. Classificando os diferentes elementos do mundo natural, iam estabelecendo uma ordem, onde antes havia apenas o caos do desconhecido e, assim, iam conquistando mentalmente o Novo Mundo, primeiro passo para a apropriação dos recursos naturais que a política colonial pretendia realizar no que ainda restava do Império Português.

Uma nova natureza

As variadas narrativas dos colonizadores sobre os seus primeiros contatos com as culturas e a natureza tropical da América são marcadas pela presença do infinito quantitativo e qualitativo. Tratam não só de enormes diferenças, como de uma abundância de diversidade que tornam impossível qualquer esforço descritivo. Amerigo Vespucci, na expedição de 1501-1502, sua terceira viagem àquele continente, é bastante expressivo em relação a essa percepção: “E porque nela vimos muitas gentes e povos e toda geração de animais silvestres, que em nossas regiões não se acham, e muitas outras de nós nunca vistas, sobre os quais seria longo discorrer” (Vespucci, 2002: 123). Os animais encontrados, apesar de sua grande quantidade e diversidade, surpreendem pela diferença com os que até então conhecidos:

os animais pouco são semelhantes aos nossos, salvo leões, onças, cervos, porcos, cabritos e antas; e estes ainda têm alguma deformidade; não têm cavalos nem mulas, nem com o devido perdão, asnos, nem cães, nem sorte alguma de animais ovino ou vacum; mas são tantos os outros animais que têm, e todos são selvagens, e para nada servem para seu serviço, que não se podem contar (Vespucci, 2002: 103).

A necessidade de comparar as espécies dos dois lados do Atlântico prosseguiu ao longo de todo o período colonial e, três séculos depois, D. Felix de Azara, ao responder às proposições de Buffon acerca da inferioridade da fauna americana, destaca semelhanças e diferenças:

Parece que Buffon es de parecer, que los climas todo lo alteran, y que el de América disminuye la magnitud á las bestias, siendo incapaz de producir las del tamaño que en otras partes. Pero á mi ver en todo se equivoca; pues he encontrado en la Ornitología de Autor á muchos pasaros que tienen en América las propias formas, magnitud, colores y su distribución que en el resto del mundo. Tambien veo que la *Pantera* es mi *Yagüareté*, y que tiene las mismas formas, medidas y colores que en África. Mi *Gato pajero* puede ser el silvestre de Europa; y igualmente le hallo de las mismas medidas, formas y colores. Finalmente si comparamos á mis bestias con sus representantes en el otro mundo, ho hallarémos diferencia en magnitud; pues el *Güazu-pucú* y el *Güazutí* equilibran al *Cierbo* y *Corzo* de Europa. El *Aguara-güazú* al *Lobo* y al *Chacal*: el *Agüarachai* á la *Raposa*: el *Tapití* al *Conejo*: y mis *Ratas* á las de España. Si mis *Micos* no llegan á los de África, ni mis *Curés* al *Jabalí*; para esto his *Hurones* exceden al africano, á las *Martas* y *Fuinas*; mi *Nutria* á las de Europa; mi *Vizcacha* á la *Marmota*; mis *Tatís* á los *Pangolines*; y el *Toro* de Montevideo al de Salamanca. Si es que no hay en América animales de la familia gatuna comparables al *Tigre* y al *Leon*: en cambio no hay en Europa bestia de boca y dientes de Rata, que pueda disputar el tamaño á la *Capibara* y al *Pay* (Azara, 1802: VIII-X).

Os olhos dos europeus, ao percorrer o vai-e-vem de semelhanças e diferenças entre as várias espécies, foram sobre as últimas que fixaram sua atenção e dedicaram grande parte das suas linhas e páginas sobre a fauna brasileira e, em particular, no que se refere aos seus mamíferos. Os animais que possuíam significativa semelhança com aqueles do Velho Mundo, em geral, receberam pouca atenção, que se voltou sobretudo para os mais exóticos, em uma postura que envolveu, embora de forma diferenciada, tanto exploradores e cronistas, como

naturalistas. Nesse sentido, é possível estabelecer uma distinção entre os principais mamíferos da nossa fauna, dividindo-os em três grandes grupos:

a) Animais do Maravilhoso:

Os animais desse grupo, em geral, são mencionados por um maior número de textos e, principalmente, apresentam descrições mais extensas e detalhadas por possuírem um aspecto físico incomum ou comportamentos inusitados. Tais características que provocam “natural admiração” e, desta maneira, são vistos como “extravagantes”, “raros” ou até “disformes” e “monstruosos”. Certamente, os animais mais representativos desse grupo são os tamanduás, em especial, o tamanduá-bandeira, que recebe toda esta adjetivação, que deve ser explicada por algumas de suas características repetidas em vários textos de diferentes autores e momentos históricos:

- Aparência física:

O Padre José de Anchieta, possivelmente o primeiro a descrevê-lo, assinala com detalhes a sua estranha figura:

Ha tambem outro animal de feio aspeto, a que os Indios chamam tamanduá. Avantaja-se no tamanho ao maior cão, mas tem as pernas curtas e levanta-se pouco do chão; (...)

A suas cerdas, que são negras entremeiadas de cinzento, são mais rijas e compridas que as do porco, maximé na cauda, que é provida de cerdas compridas, umas dispostas de cima a baixo, outras transversalmente, com as quais não só recebe, como rechassa os golpes das armas; é coberto de uma pele tão dura que é difícil de se atravessar pelas flechas; a do ventre é mais mole. Tem o pescoço comprido e fino; cabeça pequena e mui desproporcionada ao tamanho do corpo; a bôca redonda, tendo a medida de um ou, quando muito dois aneis; a lingua distendida tem o comprimento de três palmos só na porção que pode sair fóra da bôca, sem contar a que fica para dentro (que eu medi), (...)

As patas deanteiras são robusticissimas de grande grossura, quasi iguais á coxa de um homem, as quais são armadas de unhas muito duras, uma das quais principalmente excede em comprimento ás de todas as demais fêras; (Anchieta, 1933: 118)

- Hábitos alimentares:

O fato de se alimentar de formigas e a estratégia que utiliza para capturá-las também mereceu vários relatos, como esse de Gabriel Soares de Sousa, em 1587:

Este bicho se mantêm de formigas, que toma da maneira seguinte: chega –se a um formigueiro deita-se ao longo dele como morto, e lança-lhe a língua fora, que tem muito comprida, ao que acodem as formigas, com muita pressa; e cobrem-lhe a língua, umas sobre as outras; e como a sente cheia, recolhe-a para dentro, e engole-as; o que faz até que não pode comer mais (...) (Sousa, 1987: 247).

- Comportamento:

Outra de suas características que também devia surpreender a qualquer europeu, por lhe proporcionar uma autonomia, foi descrita, em 1610, pelo jesuíta Jácome Monteiro:

tem o rabo mais comprido que o corpo, fornecido com sedas aventajadas na grossura às do porco: serve-lhe de casa, porque com ele se cobre todo e defende do sol e da chuva; (Monteiro, 2000: 419)

- Estratégia de defesa:

Incorporado à nossa cultura como sinônimo de atitude traiçoeira, o famoso “abraço de tamanduá” é uma de suas facetas mais conhecidas, como relatava, em 1806, o alferes poeta Joaquim José Lisboa, em sua *Descrição Curiosa da Capitania de Minas Gerais*:

tem grandes forças, e não é animal muito bravo; se sucede ser acometido de onça ou lobo, não lhes foge; antes, os espera constantemente, sustentando-se logo e abrindo os braços; mal que a onça se chega a ele para o matar, ele se abraça com ela fortissimamente, e vai apertando logo; urram ambos; e raivosa a onça crava-lhes os dentes, as unhas, e o sacode forte, porém o tamanduá apertando-a inda mais, lhe vai também cravando as fortes unhas que tem até as entranhas; e, introduzindo-lhes a comprida e áspera língua que tem pelo nariz, lhe chega aos miolos; e sem se poder safar um do outro, morrem ambos.

É certo que esta contenda ninguém a observa ao princípio, porém tem-se achado muitos pelos campos mortos nesta figura, abraçados com as onças, elas com eles; mas afirmam alguns campinos terem observado esta briga andando pelo campo, e acudindo aos urros que ambos dão (Lisboa, 2002: 69).

Além de reunir espécies com características esdrúxulas aos olhos europeus, esse grupo apresenta “o primeiro animal da América do Sul capturado e descrito por um europeu, sob a designação de *Animal monstrosum*” (Papavero et al, 2002: 9). Trata-se, provavelmente, da fêmea de um gambá ou saruê, ou ainda mucura (*Didelphis sp*), como é conhecido na Amazônia, onde teria sido encontrado, talvez, mais precisamente, na baía de Marajó (Idem), por Vicente Yáñez Pinzón em viagem realizada entre 1499 e 1500. Embora ainda haja muitas dúvidas sobre a rota percorrida, esse capitão da “Niña” na primeira viagem de Colombo ao Novo Mundo teria alcançado a costa norte do Brasil em 1500, conforme é possível se apreender dos vários relatos escritos por Pietro Martire de Anghiera, onde, na versão de Montalboddo, datada de 1507, pode-se ver a curiosa descrição daquele animal:

Onde também viram um novo animal como que monstruoso, que tinha o corpo & focinho de raposa, & garupa & os pés de trás de macaco & os da frente quase como de homem, as orelhas como de morcego. E sob o ventre um outro ventre externo como uma bolsa, onde esconde seus filhotes depois de nascidos; nem nunca os deixa sair, até quando eles mesmos estejam aptos a nutrir-se, exceto quando querem mamar. Um destes tais animais, junto com seus filhotes, foi levado de Sevilha a Granada aos Sereníssimos Reis. Entretanto, no navio morreram os filhotes & o adulto na Espanha; os quais, apesar de mortos, foram vistos por muitas & diversas pessoas (Anghiera, 2002: 19).

Tão extraordinária quanto a descrição feita deve ter sido a reação provocada pela visão deste animal na Europa, assim como a dos demais membros desse grupo de “animais do maravilhoso”. Além dos dois mencionados, pode-se acrescentar em ordem decrescente de

citações feitas: as várias espécies de macacos, os diferentes tipos de tatu, as onças, a anta, a preguiça, a jaratataca ou cangambá e o peixe-boi ou manati.

É interessante notar, em especial para os animais com características físicas incomuns, como nesse grupo prevalecem nomes de origem indígena, mais precisamente tupi-guarani, em detrimento daqueles em português, que quando são usados, em alguns casos, não se referem a espécies semelhantes do Velho mundo, mas para ressaltar características particulares, como é o caso de “preguiça”, ou “peixe-boi”. As exceções como a onça e a anta também são conhecidas por sinônimos indígenas, como jaguar e suçuarana, no primeiro caso, e tapir, no segundo. Mesmo a designação de origem africana genericamente usada para os “macacos”, ao se buscar individualizar cada uma das suas espécies ou famílias, acaba-se por recorrer à nomenclatura indígena: “muriqui”, “guariba”, “mico”, “sagüi”, “uacari”, “guigó”, “coatá”, “uapuça”, “cuxiú”, etc. A adoção desta pelos colonizadores é um indicativo da dificuldade de achar alguma identidade entre o animal aqui encontrado com qualquer outra espécie do lado oposto do Atlântico.

O seu interesse por essas espécies não pode ser atribuído a uma perspectiva simplesmente utilitária, pois embora quase todos sejam empregados para a obtenção de carne e até de couro, talvez a exceção da anta, dos tatus e do peixe-boi, todos os demais têm concorrentes muito superiores. O que atrai a curiosidade estrangeira sobre eles é, principalmente, o seu aspecto e o seu comportamento extravagantes, que incomodam mais pela diferença, ameaçando a ordem conhecida das coisas do que pelo eventual perigo que possam representar suas garras, presas e outras armas ocultas.

b) Bichos Exóticos:

Esse grupo intermediário desperta menos atenção, marcando, em geral, presença mais reduzida nos vários escritos do período colonial e envolve, em sua maioria, animais menores, especialmente roedores. Entre os últimos merecem destaque em ordem de importância nas citações: a cotia, a paca, o porco-espinho, a capivara, a preá e o mocó, mencionados, geralmente, tanto pelo consumo de sua carne, como pelos prejuízos causados às lavouras. Outro aspecto também é ressaltado, no caso da primeira, como bem observa o Padre João Daniel, em seu *Tesouro descoberto do máximo rio Amazonas*, região onde viveu de 1741 a 1757, é o fato de que “os índios do mato, que não têm uso do ferro, nem de algum metal, se valem dos dentes de cotia para muitos labores, embrechados, e pinturas, que fazem muito curiosas, como as poderão fazer os artífices com a ajuda dos instrumentos de ferro, e por curiosas são estimadas dos europeus” (Daniel, 2004: 196).

Todos esses roedores, como se pode observar, possuem nomes consagrados de origem tupi, a exceção do porco-espinho, também conhecido como ouriço-caixeiro e pelo termo

guarani “cuandu” e que recebeu aquela designação devido a sua semelhança com um animal da Europa e África. Apesar de não ser das mais apreciadas, também pode ser considerado como “carne de caça”, mas a principal razão de suas constantes referências, como descreveu o jesuíta Jácome Monteiro, em 1610, se deve a “uma particularidade mui notável, e é que estes espinhos, tanto pegam com a ponta em alguma cousa, como se tivessem vida, se vão metendo pola carne, até de todo se ensoparem nela. Com estes furam os Índios as orelhas com muita facilidade, e quase nenhuma dor” (Monteiro, 2000: 420).

Também é por uma característica especial que se pode incluir nesse grupo os porcos-do-mato, o mais citado de todos os seus membros. Na verdade, trata-se de duas espécies, que alguns cronistas do século XVII designam pelos seus nomes tupis: “taiaçu”, hoje consagrado como “queixada” (*Tayassu pecari*), e “taititu”, que se tornou “caititu” ou “cateto” (*Pecari tajacu*), mas que são chamados, principalmente de “porcos monteses”, ou ainda, de “javali americano”. São considerados como “boa carne” em muitos relatos, mas são igualmente lembrados, como faz, em 1519, o autor do diário da mais antiga viagem ao redor do mundo, Antonio Pigafetta, o primeiro a mencionar essa particularidade, porque lhes “pareceram ter o umbigo nas costas” (Pigafetta, 1997: 55). Alexandre Rodrigues Ferreira esclarecia, mais de dois séculos depois, que a característica distintiva dessas espécies “consiste num certo orifício que tem escondido debaixo das cerdas da parte posterior do dorso, entre os quartos traseiros, por onde flui um certo humor um pouco semelhante ao leite e de uma péssima catinga, o qual se separa de uma grossa glândula interior de figura oval, convexa por cima e plana por baixo” (Ferreira, 1972: 185/186).

c) **Espécies Comuns:**

Aqui estão incluídos animais como os diferentes tipos de veado, o coelho, várias espécies de gatos, a lontra, a raposa, o lobo, o esquilo e as diversas variedades de ratos, cuja maior presença nos textos coloniais também se dão nessa ordem. Como é possível notar, são todos animais da fauna brasileira, designados, hoje, por nomes em português, também empregados para espécies semelhantes encontradas no Velho Mundo, embora, todos possuíssem nomes indígenas, presentes nas obras de vários cronistas. Não despertaram quase nenhum interesse por serem dados como já conhecidos e, se não estão completamente ausentes dos escritos de exploradores, cronistas e naturalistas, ocupam espaço diminuto⁸. As descrições dos seus

⁸ Essa atitude não condiz com a importância econômica que possuíam naquele período, como revelava, em 1780, José Joaquim da Rocha, autor da *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais*: “Alguns caçadores se sustentam da caça dos veados, que nos sertões das minas se encontram em demasia e das peles de alguns se vestem os sertanejos e outras as vendem e são excelentes para botas” (Rocha, 1995: 169). Pelos registros de contagem que ligavam Minas ao Rio de Janeiro, passaram 580 peles de veado, no período de julho de 1818 a junho de 1819 (ESCHWEGE, 1899), número que cresceu para 912, em 1828 (APM-SP/PP- cx 01/18). Em apenas um ano, do período entre 1757 e 1761, encontra-se a passagem de 11 arrobas de peles de lontra pelo

aspectos físicos são sucintas e, em grande parte, se resumem a comparações com os similares europeus:

“Existem naquela terra veados, como aqui entre nós, em Hédia,” - Hans Staden – 1557 (Staden, 1974: 189)

“Ha tambem coelhos como os de cá da nossa Pátria de cujo parecer nam differem cousa alguma” - Pero de Magalhães Gandavo - 1576 (Gandavo: 1980: 104).

“Criam-se nos rios de água doce outros bichos, que se parecem com lontras de Portugal, a que o gentio chama jaguarapeba” - Gabriel Soares de Sousa – 1587 (Sousa, 1987: 250).

“ESQUILO brasileiro (...). Na figura e tamanho é semelhante aos nossos, exceto na côr; como os nossos têm a bôca, dentes leporinos e barba” - Jorge Marcgrave - 1648 (Marcgrave, 1942: 230).

“RAPOSA – pequeno, pardo, com o rabo muito cabeludo em tudo semelhante às raposas da Europa;” - Alexandre Rodrigues Ferreira (Ferreira: 1972: 54).

As aparências enganam e, algumas vezes, tais semelhanças revelam-se ilusórias, frustrando-se as tentativas de encontrar identidades entre espécies de terras e climas tão diferentes. Apesar de ser um dos animais de descrição mais recente nos textos coloniais, por ser típico de paisagens abertas do interior do país, como o Cerrado, onde a colonização só penetraria nos séculos XVII e XVIII, os europeus não tardaram a identificar o maior dos canídeos brasileiros, hoje, conhecido entre nós, como lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), com aquele animal do seu continente de origem. Porém, ao conviver de perto com essa “fera” americana, o nome se mostrou um grande equívoco, como se pode apreender das comparações feitas por D. Antonio Rolim, conde de Azambuja e governador de Mato Grosso, na *Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo a villa de Cuyabá em 1751*: “A 17 se matou um lobo, que era do tamanho de um cão ordinario, e pello avermelhado, a cabeça mais curta, a boca menos rasgada, e os dentes mais pequenos que os nossos costumam ter; e tambem parece não serem tão sagazes, porque o mataram á queima-roupa, parado de um perdigueiro, e quieto” (Azambuja, 1844: 460). José Joaquim da Rocha, quase três décadas depois, diante da ausência de um dos seus principais atributos no outro lado do oceano⁹, iria colocar em dúvida a sua identidade: “O guará é uma espécie de lobo, porém muito medroso; sustenta-se de aves” (Rocha, 1995: 168).

Registro de Galheiros, situado na entrada do antigo Distrito Diamantino, também na Capitania de Minas Gerais (Chaves, 1999).

⁹ Keith Thomas afirma no seu livro *O homem e o mundo natural*: “Já no início dos tempos modernos, a Inglaterra se distinguiu entre países europeus por não ter lobos” (Thomas, 1988: 323). Na França e na Itália, ele teria sobrevivido até o século XIX, sendo perseguido e considerado nocivo pelos seus ataques aos rebanhos de ovelhas, popularizando a sua imagem de animal nocivo ao ser humano.

Sobrevivências

Entre acertos e erros, na busca de identidades para a construção do “exótico-familiar”, os textos coloniais vão tecendo todo um imaginário em torno da nossa fauna, costurando retalhos de diferentes origens, vão compondo, no pano de fundo da(s) cultura(s) brasileira(s), o desenho das nossas relações com o mundo natural. Lendo as várias passagens é possível, algumas vezes, notar uma observação já foi ouvida em outro contexto: talvez numa lenda indígena, num “causo” de caçador, ou naquelas histórias que se contava antigamente, pelo interior do país, quando as noites ainda não eram eletrificadas.

Bebendo nas duas fontes, percebi, muitas vezes, uma superposição de narrativas, quando lia aqueles textos históricos e ouvia, de índios e camponeses do Sertão Mineiro, idênticas passagens. Vejamos um exemplo para ilustrar o fato: ouvi e gravei, em agosto de 2000, o seguinte relato de Marciano Pereira Neves, índio xakriabá do Norte de Minas, acerca do “guariba” ou “bugio” (*Alouatta guariba guariba*): “A pessoa atira nela, ela vai tira uma folhinha, mastiga, mastiga, quando acabar, com a mãozinha, ó, passando no lugar, ó! Aquilo é o remédio dela”. Essa atitude surpreendente não só foi relatada, várias vezes, em outras regiões de Minas, durante a mesma Pesquisa de Campo¹⁰, como também pode ser lida em alguns textos coloniais, como noticiou, o Padre Fernão Cardim (1549-1625): “dizem os naturaes que alguns destes [bugios] quando lhes tirão uma flecha a tomão na mão e tornão com ella atirar á pessôa; e quando os ferem buscam certa folha e a mastigão, e mettem na ferida para sararem” (Cardim, 1978: 29).

Longe de colocar em dúvida tal comportamento desses macacos, deve-se ter em mente que esta e outras narrativas comuns puxam o fio imemorial da observação da natureza, de um tempo em que conhecer e fantasiar sobre os bichos era como assistir TV ou ver o desfile de “out-doors” pelas ruas. Hoje, temos que recorrer a textos antigos e a pessoas de outro universo cultural para reconstruir o nosso próprio “exótico-familiar”, pois temos descrições, gravuras, livros, filmes, etc e eles nos parecem ainda mais como elementos do remoto espetacular.

¹⁰ Trata-se de pesquisa realizada em comunidades rurais da região do Cerrado Mineiro como parte da elaboração da minha Tese de Doutorado: ‘*Certão-Serrado*’: *História Ambiental e Etnoecologia na Relação entre Populações Tradicionais de Minas Gerais e o Bioma do Brasil Central* - Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Bibliografia

- Anônimo (1995). *Libri Principis*. Rio de Janeiro: Index.
- Assunção, Paulo de. (2000). *A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume.
- Anchieta, Padre José de (1933). *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Anghiera, Pietro Martire de (2002). A versão de Montalboddo (1507: Paesi nouamente retrouati) In Teixeira, Dante M. & Papavero, Nelson. *Os primeiros documentos história natural do Brasil*. Belém: Museu Emílio Goeldi.
- Azambuja, D. Antonio Rolim, conde de (1844). Relação da viagem que fez da cidade de S. Paulo a villa de Cuyabá em 1751. *RIHGB*, tomo 7.
- Azara, D. Felix de. (1802) *Apuntamientos para la Historia Natural de los Quadrúpedos del Paraguay y Rio de la Plata*. Madri: Imprensa de la Liuda de Ibarra.
- Barléu, Gaspar (1974). *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Brandão, Ambrósio Fernandes. 1956. *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro: Dois Mundos Editora.
- Braz, D. Affonso (1842). Carta de D. Affonso Braz, mandada do porto do Espírito Santo do anno de 1551. *RIHGB*, tomo 6.
- Cardim, Fernão (1978). *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL.
- Chaves, Cláudia Maria das Graças (1999). *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume.
- D'Abbeville, Cláudio (2002). *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano.
- Daniel, Padre João (2004) *Tesouro descoberto do máximo rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Eschwege, Wilhelm Ludwig von (1899). Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol 4.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues (1888). *Diario da Viagem Philosophica*. Rio de Janeiro: *RIHGB*, Tomo 51, parte I.
- _____. (1972) *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.
- Ferreira, Luis Gomes (1977). *Erario Mineral*. Belo Horizonte: Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais.
- Gandavo, Pero de Magalhães (1980). *Tratado da Terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- Giucci, Guilherme (1992). *Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Heynemann, Cláudia B. (1999). História Natural na América Portuguesa - 2ª metade do século XVIII. *Varia História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, nº 20.
- Lery, Jean (1980) *Viagem à Terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- Lisboa, Joaquim José (2002) *Descrição curiosa das principais produções, rios e aniamis do Brasil, principalmente da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais.
- Marcgrave, Jorge (1942). *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Monteiro, Jácome (2000). Relação da Província do Brasil. In LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia.
- Nunes, Diogo (2002). Carta de Diogo Nunes a D. João III de Portugal. In Papavero et al. *O Novo Éden*. Belém: Museu Emílio Goeldi.
- Papavero, Nelson et al (2002). *Landi: Fauna e Flora da Amazônia Brasileira*. Belém: Museu Emílio Goeldi.

- Pigafetta, Antonio (1997). *Primeira viagem ao redor do mundo: diário da Expedição de Fernão de Magalhães*. Porto Alegre: L&PM.
- Prestes, Maria Elice Brzezinski (2000). *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- Ribeiro, Márcia Moisés (1977). *A Ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil no século XVIII*. São Paulo: Hucitec.
- Rocha, José Joaquim da (1995). *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.
- Salvador, Frei Vicente do (1918). *História do Brasil*. São Paulo: Weiszflog Irmãos.
- Sampaio, Francisco Antônio (1971). *História dos Reinos Vegetal, Animal e Mineral Pertencente à Medicina. Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 89.
- São Joseph, Dom Frei João de (1869). *Viagem e visita do sertão em o Bispado do Gram Pará em 1762-1763. RIHGB*, tomo 9.
- Soares, Padre Francisco (1966). *Coisas Notáveis do Brasil*. Rio de Janeiro: INL/MEC.
- Sousa, Gabriel Soares (1987). *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL.
- Souza, Laura de Mello e (1986). *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Staden, Hans (1974). *Dois Viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- Taunay, Afonso de Escagnolle (1998). *Monstros e monstregos do Brasil: ensaios sobre a zoologia fantástica brasileira. nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1999). *Zoologia fantástica do Brasil*. São Paulo: EDUSP: Museu Paulista da Universidade de São Paulo.
- Teixeira, Dante M. & Papavero, Nelson. (2002) *Os primeiros documentos história natural do Brasil*. Belém: Museu Emílio Goeldi.
- Vanzolini, P.E. (1996). *A contribuição zoológica dos primeiros viajantes naturalistas no Brasil. Revista da USP: Dossiê o Brasil dos Viajantes*. São Paulo: USP/CCS, 30, julho-agosto.
- Vespucci, Amerigo (2002). *A expedição de 1501-1502 (Terceira Viagem)*. In Teixeira, Dante M. & Papavero, Nelson. *Os primeiros documentos história natural do Brasil*. Belém: Museu Emílio Goeldi.